

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL EM ASSENTAMENTOS NO CEARÁ: CARACTERIZAÇÃO DO SÃO JOSÉ II

RURAL DEVELOPMENT STRATEGIES IN SETTLEMENTS IN CEARÁ: DESCRIPTION OF SÃO JOSÉ II

ESTRATEGIAS DE DESARROLLO RURAL EN ASENTAMIENTOS EN EL CEARÁ: CARACTERIZACIÓN DEL SÃO JOSÉ II

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2024.i1.p.16-32

Tássia Roberta Mota da Silva Castro
Mestra em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
tassiarobertamota@gmail.com

Filipe Augusto Xavier de Lima
Professor na área de Extensão e Desenvolvimento Rural (UFC)
filipeaxlima@ufc.br

RESUMO

Dada a importância de compreender as estratégias voltadas para o desenvolvimento rural, este trabalho tem como objetivo apresentar as principais características de um assentamento da reforma agrária, bem como as atividades agrícolas ou não agrícolas presentes na geração de renda das famílias assentadas. Para isso, tomou-se como referência o Assentamento São José II, no estado do Ceará. O estudo é de caráter exploratório e descritivo, envolvendo o levantamento de dados secundários e primários, através de entrevistas estruturadas e por questionários voltados ao perfil e aos sistemas produtivos das famílias agricultoras. As atividades agrícolas realizadas no assentamento são voltadas principalmente para a agricultura de subsistência, no entanto, o cultivo do caju é a atividade predominante na área, onde a castanha passa por um processo de beneficiamento na mini fábrica instalada no próprio assentamento, e em seguida é comercializada por intermédio de sua cooperativa. Essa forma de organização social coletiva vem permitindo aos assentados fortalecer o dinamismo interno das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no assentamento, além de consolidar uma identidade local ao grupo, fazendo com que as estratégias de desenvolvimento rural do Assentamento São José II sejam caracterizadas pela sua forma organizacional, baseada na confiança, cooperação, associativismo e participação social.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Agricultura familiar; Cooperativismo; Organização social; Reforma agrária.

ABSTRACT

Given the importance of understanding the strategies for rural development, this paper aims to present the main features of a settlement of the agrarian reform, as well as the agricultural or non-agricultural activities present in the income generation of settled families. For this purpose, the São José II settlement, in the state of Ceará, was taken as a reference. The study is exploratory and descriptive, involving the collection of secondary and primary data, through structured interviews and questionnaires focused on the profile and productive systems of the farming families. The agricultural activities carried out in the settlement are focused mainly on subsistence agriculture, however, the cultivation of cashew is the predominant activity in the area, where the chestnut goes through a process of beneficiation in the mini factory installed in the settlement itself, and is then marketed through its cooperative. This form of collective social organization has allowed the settlers to strengthen the internal dynamism of agricultural and non-agricultural activities developed in the settlement, in addition to consolidating a local identity to the group, making the rural development strategies of the São José II settlement are characterized by their organizational form, based on trust, cooperation, associativism and social participation.

Keywords: Rural development; Family farming; Cooperativism; Social organization; Land reform.



RESUMEN

Dada la importancia de comprender las estrategias para el desarrollo rural, este documento pretende presentar las características principales de un asentamiento de la reforma agraria, así como las actividades agrícolas o no agrícolas presentes en la generación de ingresos de las familias asentadas. Para este propósito, el asentamiento São José II, en el estado de Ceará, fue tomado como referencia. El estudio es exploratorio y descriptivo, que incluye la recopilación de datos secundarios y primarios, a través de entrevistas estructuradas y cuestionarios centrados en el perfil y los sistemas productivos de las familias de agricultores. Las actividades agrícolas realizadas en el asentamiento se centran principalmente en la agricultura de subsistencia, sin embargo, el cultivo de anacardo es la actividad predominante en el área, donde la castaña pasa por un proceso de beneficio en la mini fábrica instalada en el asentamiento en sí, y luego se comercializa a través de su cooperativa. Esta forma de organización social colectiva ha permitido a los colonos fortalecer el dinamismo interno de las actividades agrícolas y no agrícolas desarrolladas en el asentamiento, además de consolidar una identidad local para el grupo, haciendo que las estrategias de desarrollo rural del asentamiento São José II sean caracterizados por su forma organizativa, basados en la confianza, la cooperación, el asociacionismo y la participación social.

Palabras clave: Desarrollo rural; Agricultura familiar; Cooperativismo; Organización social; Reforma agraria.

1.INTRODUÇÃO

A luta pela terra liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se destacado por uma série de iniciativas voltadas para a organização e redistribuição de terras, como realocações de comunidades em áreas consideradas ociosas, com o objetivo de promover atividades socioeconômicas sustentáveis (FABRINI, 2000).

A atuação do MST se concretiza, principalmente, em ocupações e criação de assentamentos em todo o Brasil, através dos quais os trabalhadores rurais sem terra têm conseguido resultados positivos em face de suas demandas. Segundo o relatório do banco de dados da Luta pela Terra (Dataluta) de 2017, a Região Nordeste do Brasil possui 4.319 assentamentos, distribuídos em 858 municípios, sendo considerada uma das regiões com maior número de assentamentos no país, representando 45,7% do total nacional. Os estados nordestinos com maior quantidade de assentamentos são Maranhão, Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará (DATA LUTA, 2017).

Em linhas gerais, os assentamentos rurais são formados por agricultores de origens variadas; cada assentamento possui suas peculiaridades, que podem contribuir ou interferir no desenvolvimento rural. A agricultura é predominante nos assentamentos, sendo uma das principais atividades propulsoras do desenvolvimento dessas áreas, além de ser considerada também como fonte de geração de renda, ocupação e segurança alimentar. Assim, dada a importância de compreender as estratégias voltadas ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades assentadas, é lícito questionar: Quais as principais características dos assentamentos rurais? Como as famílias dos assentamentos vêm construindo suas estratégias de desenvolvimento rural?

Em particular, tem-se como referência o Assentamento São José II, localizado em Ocara, estado do Ceará. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é apresentar as principais



características desse assentamento, bem como as atividades (agrícolas ou não) presentes na geração de renda das famílias assentadas.

Este estudo está dividido em cinco seções, incluindo esta breve introdução. A próxima seção elenca as considerações conceituais pertinentes ao tema. Informações acerca do percurso metodológico e da origem dos dados compõem a terceira seção. A quarta seção expõe os resultados da pesquisa, e na quinta e última seção estão reunidas as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Desenvolvimento rural no Brasil: breve contextualização

O enfoque sobre o desenvolvimento econômico, de modo geral, ganhou ênfase após a Segunda Guerra Mundial. A estruturação das regiões consideradas economicamente atrasadas e de base primária, ou seja, aquelas voltadas para a agricultura, recebeu destaque no meio acadêmico, evidenciando não apenas o momento histórico que se encontrava os países subdesenvolvidos, mas, levando em consideração os distintos processos e campos teóricos que envolvem a economia política e o desenvolvimento econômico (QUEIROZ, 2011).

O processo de globalização da economia contribuiu diretamente para o desenvolvimento mais lento das regiões rurais. Com efeito, essas regiões, por possuírem maiores dificuldades para acompanhar as transformações geradas pela globalização, sofreram com as alterações que afetaram tanto o âmbito social como econômico. As medidas adotadas para reestruturar o espaço rural estão diretamente relacionadas a uma forma de desenvolvimento endógeno, pautadas no bem-estar social, econômico e cultural, em que a participação da comunidade é essencial para o desenvolvimento rural (AMARAL FILHO, 2004).

No Brasil, com a vigência da ideologia da Revolução Verde, o fim do regime militar e a crise da modernização agrícola, surgiram intervenções voltadas para os agricultores que não conseguiram se modernizar tecnologicamente, nem se incluir ao conjunto de atividades econômicas ligadas a outros setores, como indústria, comércio e serviços (SILVA, 1996; NAVARO, 2001; DELGADO, 2009).

Em grande parte, essas intervenções se caracterizavam de forma compensatória, que eram vistas como a solução para os problemas da época. Uma política de desenvolvimento rural integrado (PDRI) era apontada como a solução viável às regiões atrasadas, a exemplo das ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e das frentes de trabalho de combate à seca no Nordeste (NAVARRO, 2001).

Em meados da década de 1990, as transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil foram tais que resultaram em um entendimento avançado a propósito do desenvolvimento rural. Em particular, houve o reconhecimento da agricultura familiar e do seu potencial social,



econômico e produtivo. Desde então, tem sido constante e progressiva a presença do Estado no meio rural, marcada pela elaboração de políticas públicas programaticamente orientadas à reforma agrária e ao meio ambiente, de um modo geral, assim como à agricultura familiar, em particular, incluindo o conseqüente tratamento da segurança alimentar (DELGADO, 2009).

No plano institucional, foi criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, posteriormente transformada, em 1998, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (NAVARRO, 2001). Ademais, conforme reportado por Navarro (2001), em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil.

O desenvolvimento rural no Brasil é revelador da relação intrínseca entre as questões agrícola e agrária, delineadas pelas disparidades estrutural, socioeconômica e cultural de cada região. Embora essas disparidades sejam contornadas pela intervenção do Estado, ainda há muito a ser feito, razão pela qual o modelo de desenvolvimento rural brasileiro continua sendo pauta constante dos debates políticos, econômicos, sociais e ambientais. O foco é como garantir um processo de mudanças que reduza gradativamente as desigualdades, respeitando a heterogeneidade do meio rural.

2.2 Assentamentos rurais: abordagem histórica

As transformações decorrentes do processo de modernização viabilizaram um cenário rural fragilizado, o que contribuiu para o aumento do êxodo das famílias que viviam no campo e que não conseguiram alcançar o modelo proposto. Em face destas dificuldades, inicia-se um período de luta pela igualdade de direitos e benefícios aos agricultores desfavorecidos, materializado através das manifestações e organizações populares. São através dessas movimentações que os pequenos agricultores se tornaram visíveis aos olhos dos formadores de políticas públicas, em busca de benefícios que favoreçam essa classe como um todo (FRANCIOSI, 2007).

Dentre as questões reivindicadas pelos movimentos sociais do campo está a efetivação de uma política de reforma agrária¹, caracterizada pela criação de assentamentos rurais. Na visão desses movimentos sociais, as ocupações e a resistência na terra configuravam ferramentas fundamentais para se conceber os assentamentos (SOUSA, 2018).

De forma inequívoca, a questão agrária no Brasil é complexa e abrange aspectos diversos sobre a posse, a propriedade e o uso da terra. Entretanto, há aspectos legais, históricos, econômicos

¹ A reforma agrária está prevista na Constituição Federal de 1988 e é regulamentada pela Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que determina a desapropriação de imóveis rurais que não cumprem sua função social. Desta forma, os imóveis desapropriados são destinados a famílias de agricultores sem terras que passam a explorá-los, com base na mão de obra familiar e mediante títulos provisórios outorgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão que concede o direito de uso dos lotes agrícolas (BRASIL, 1988).



e culturais a serem observados. A reforma agrária, que tem como proposta central o acesso às terras não exploradas aos trabalhadores rurais interessados em cultivá-las, é necessária e útil à nação (FRANCIOSI, 2007).

No Brasil, a definição para assentamento é fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) com base em legislação atual, a saber: considera-se assentamento o conjunto de unidades agrícolas autônomas, localizadas em terras pertencentes a um único proprietário. Estas unidades são conhecidas como parcelas, lotes ou glebas, e são destinadas pelo Incra a famílias sem recursos para comprar uma propriedade rural (INCRA, 2018).

Os critérios que levam em consideração as condições de habitação ou moradia, saúde, insuficiência de renda, falta de acesso à educação, ou através de outros indicadores sociais, estão expressos na Norma de Execução Incra nº 45, de 25 de agosto de 2005, a qual orienta que as famílias devam ser priorizadas com base nesses critérios, assim como nos aspectos demográficos, trabalho e rendimento, educação e condições de vida (BRASIL, 2005).

Dessa forma, as áreas legalizadas, e em definitiva posse dos trabalhadores rurais sem terra, passam à condição de assentamento, que conseqüentemente se constitui em uma nova comunidade com responsabilidades, funções específicas e dotadas de ordem legal, econômica ou social (FRANCIOSI, 2007).

Os assentamentos do Brasil se destacam também pela diversidade, não só quanto às dimensões espaciais, mas também pelo contexto histórico e pelas disparidades geográficas, que influenciam na concepção do tipo de assentamento e na forma de comercialização da produção nesses espaços (LEITE *et al.*, 2004).

Contudo, é importante frisar que embora os assentamentos sejam vistos como espaços de inclusão socioeconômica e da realização do anseio de produzir em sua própria terra, as peculiaridades de cada região, assim como a disponibilidade de recursos para produzir são decisivas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Com o acesso à terra, o assentado passa a se considerar na condição de produtor, preocupando-se com questões de produção, política agrícola, assistência técnica e investimento, dentre outras.

Os dados da Pesquisa Qualidade de Vida na Reforma Agrária (PQRA), lançados em 2010 pelo Incra, revelam que entre os assentamentos existentes no Brasil, o estado do Ceará obteve produção razoável, mesmo com pouca incidência de chuvas e clima seco em boa parte do território cearense. Todavia, dada a complexidade das atividades desenvolvidas na região, que vai desde o plantio à comercialização da produção, são necessárias ações objetivas e criativas para alcançar o êxito nessas atividades.



3. METODOLOGIA

Este estudo é de caráter exploratório e descritivo, complementado por uma revisão de literatura sobre os temas incorporados à pesquisa, por meio de livros, artigos de periódicos, monografia, teses e dissertações. Para o levantamento de dados secundários, recorreu-se a informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Dataluta e do Incra.

A pesquisa descritiva consiste na coleta de dados por meio de técnicas de investigação, permitindo identificar as principais características de uma determinada população e sua interação com outras variáveis. Esse tipo de pesquisa é definido pela especificação da localidade e pelas características mais pertinentes sobre o perfil da população em estudo (FREITAS; JABBOUR, 2011; SOUSA, 2018).

A pesquisa também envolve dados primários, que foram obtidos em 2018, no acompanhamento das visitas e aulas práticas das disciplinas de Aspectos Sociais da Agricultura (ASA) e Extensão Rural, ambas do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará (UFC), através de entrevistas estruturadas e por questionários voltados ao perfil e aos sistemas produtivos das famílias do Assentamento São José II. A pesquisa exploratória no assentamento, com base em um roteiro para as famílias assentadas, foi realizada com membros de 12 núcleos familiares.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Nordeste, as ações em prol da ocupação de terras improdutivas têm se materializado principalmente em acampamentos, os quais resultaram posteriormente em assentamentos dos trabalhadores rurais sem terra. Conforme os dados apresentados pelo Dataluta (2017), expostos na Tabela 1, entre 1979 e 2016 o número de assentamentos rurais na Região Nordeste corresponde a 45,7% dos assentamentos distribuídos pelo Brasil. Esse valor é o equivalente a 4.319 assentamentos, os quais abrigam 362.848 famílias.

**Tabela 1** - Número de assentamentos rurais no Nordeste entre 1979-2016

Região/UF	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
NORDESTE	4.319	45,7	362.848	32,2	10.446.048	12,7
AL	180	1,9	14.374	1,3	114.162	0,1
BA	727	7,7	60.014	5,3	2.083.742	2,5
CE	457	4,8	25.788	2,3	917.107	1,1
MA	1.024	10,8	140.304	12,4	4.395.315	5,3
PB	310	3,3	20.748	1,8	289.828	0,4
PE	604	6,4	35.428	3,1	554.908	0,7
PI	497	5,3	34.276	3	1.383.467	1,7
RN	297	3,1	20.748	1,8	519.118	0,6
SE	223	2,4	11.168	1	188.401	0,2

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA (2017).

Entre os estados do Nordeste, o Ceará possui 4,8% do total de assentamentos. São 25.788 famílias beneficiadas em todo o estado, o equivalente a 2,3% do total do Nordeste, ocupando 917.107 m² de terras. Desse modo, o Ceará é o quinto estado com o maior número de parcela de terras ocupadas.

Em 2010, a Pesquisa Qualidade de Vida na Reforma Agrária (PQRA) destacou as principais atividades produtivas nos assentamentos cearenses, a saber: a bovinocultura, a produção de leite de vaca e a produção de feijão. Segundo os dados da pesquisa, o número de animais em todo o estado foi de 2.714.713 cabeças; quanto à produção de leite, foram extraídos 461.662 mil litros; com quantidade produzida de feijão equivalente a 207.246 toneladas do grão em todo o estado.

Ainda de acordo com a PQRA, no que se refere à distribuição percentual da renda das famílias assentadas no estado, apenas 2,83% dos assentados ganham mais do que cinco salários mínimos, e 27,03% ganham até 0,5 salários mínimos. Para complementar a renda, essas famílias recorrem aos programas sociais, os quais compõem 44% da renda familiar nos assentados (INCRA, 2010).

Outro aspecto importante é o modo como os assentados, na condição de produtores, se organizam para se manter no mercado competitivo, assim como para garantir ganhos coletivos para os assentamentos.

Dos 457 assentamentos instalados até 2016, quase 150 possuem projetos produtivos promovidos pelas associações existentes, assistidos por programas governamentais e com a participação de organizações não governamentais (ONGs), além da implantação de 21 agroindústrias de pequeno e médio porte, assim como a não utilização de agrotóxicos nas unidades produtivas (CEARÁ, 2016).



O Assentamento São José II, conhecido também como Assentamento Che Guevara, originou-se em 31 de setembro de 1999, com área correspondente a 1.388 hectares (ha). O assentamento está localizado no município de Ocara, na região do Maciço de Baturité, microrregião de Chorozinho, na parte norte do estado do Ceará. A população do município é de aproximadamente 25.557 habitantes, estando a maioria das pessoas inserida na zona rural (IBGE, 2010).

Antes de se tornar assentamento rural, o imóvel era denominado Fazenda São José, a qual mantinha a prática de atividades agrícolas, como a produção de feijão, milho, além de exploração da pecuária bovina. Daquilo que era produzido, 50% ficavam nas mãos do proprietário da fazenda, segundo os entrevistados.

Atualmente, o assentamento conta com 45 famílias, entre residentes da antiga fazenda São José II e moradores de outras localidades transferidos para o atual assentamento Che Guevara. Em números percentuais, das 45 famílias, 85% participaram desde o início do processo de formação do assentamento; os outros 15% já eram moradores do imóvel, na condição de trabalhadores assalariados. Após a desapropriação, cada família recebeu um terreno de aproximadamente 22 ha para iniciar suas atividades (COPASAT, 2001).

Para a sua formação, o assentamento São José II contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece), além do MST. Quando questionados sobre a participação em movimentos sociais de luta pela terra, alguns representantes dos núcleos familiares confirmaram ter participado do MST, como o caso de ASJ6, que afirmou: *“Na época nós participamos, o MST sempre deu muito apoio a gente nessa luta né? Porque sozinho, sem os apoios nós não conseguiríamos”*. ASJ1, ao falar da composição da sua família e sua inserção no assentamento, também confirmou essa participação: *“Aqui moram cinco pessoas, nós tivemos acesso através do pessoal da direção do Incra, eles que nos colocaram aqui. Viemos para cá mesmo no início, participávamos do MST”*.

Por outro lado, outras famílias informaram não ter participado de nenhum movimento social e alegaram que começaram na agricultura muito cedo, como pode ser visto no discurso da representante ASJ4: *“Nós já éramos agricultores, meu marido só faltava morrer dentro do roçado. Hoje era para ele ser rico, do tanto que trabalhava, mas não ganha nada”*.

Nas idas à localidade, foram entrevistadas 12 famílias assentadas, representadas pelo responsável do núcleo familiar. Verificou-se que metade dos entrevistados possuem idades entre 50 e 60 anos, como visto na Tabela 2.

**Tabela 2 - Idade dos assentados**

Faixa etária	Nº de assentados	(%)
De 28 a 38	1	8
De 39 a 49	5	42
De 50 a 60	6	50
Total	12	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Sobre o nível de escolaridade, 33% dos entrevistados não foram alfabetizados; 25% alegaram ter cursado o ensino fundamental. Os demais, equivalente a 42%, não informaram o grau de escolaridade.

O assentamento ainda conta com a Associação Comunitária dos Assentados do Assentamento Che Guevara (ACACG), que foi fundada em 2005 com o incentivo de instituições parceiras que apoiavam o assentamento, como o Incra, a Fundação Banco do Brasil, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade Federal do Ceará (UFC), e o Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar, uma organização não governamental (ONG) que atua diretamente em municípios do semiárido cearense. A associação é composta pelo presidente e dois diretores, além de possuir seu estatuto e regimento interno, que discriminam as normas e finalidades do assentamento.

Para Amaral Filho (2004), quando realizadas de forma integrada, as ações desenvolvidas nos assentamentos se legitimam através da confiança, normas e cadeias de relações sociais, as quais em conjunto com as mudanças tecnológicas geram a base para um novo padrão de desenvolvimento rural. O autor ainda afirma que as regiões que já trabalham com essa cultura obtêm benefícios sociais e econômicos.

As atividades agrícolas realizadas no assentamento são voltadas principalmente para a agricultura de subsistência, representada pelas culturas do feijão, do milho, da mandioca e das hortaliças. A criação de bovinos de corte e leiteiro, caprinos, ovinos, suínos e aves, também estão presentes em boa parte das propriedades. Os trabalhos são executados de forma coletiva e individual. A Figura 1 mostra parte da produção de subsistência e da criação de animais de uma das propriedades.



Figura 1- Produção de hortaliças e criação de aves e caprinos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No entanto, o cultivo do caju predomina como atividade no assentamento; desenvolvida em uma área dividida entre 45 ha para o cajueiro comum e 120 ha para o cajueiro anão-precoce. O pedúnculo é vendido a empresas de suco da região, além de ser direcionado à produção de ração animal. Fruto do caju, a castanha passa por um processo de beneficiamento na mini fábrica instalada no próprio assentamento, na sequência, é comercializada.

Atualmente, das 45 famílias residentes no assentamento, 35 delas trabalham diretamente na fábrica, e as outras 10 famílias trabalham indiretamente no processamento da castanha, como mostra a Tabela 3.

**Tabela 3** - Percentual das famílias empregadas na unidade de beneficiamento da castanha-de-caju

Descrição	Nº	%
Famílias que trabalham diretamente na mini fábrica	35	77
Famílias que trabalham indiretamente na mini fábrica	10	23
Total de famílias do assentamento	45	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

As atividades realizadas na mini fábrica são uma forma de aumentar a renda e gerar emprego às famílias assentadas, permitindo que estas desenvolvam novas atividades para além da agricultura. Mais precisamente na transformação, no beneficiamento ou no processamento da produção agrícola.

Quanto ao processamento e à comercialização da castanha, o assentamento conta com a Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara LTDA (Copac). Após serem processadas (Figura 2), as castanhas passam por um rigoroso controle de qualidade. Em seguida, são distribuídas para a Central de Cooperativas (Coopacaju), conforme exposto na Figura 3. A Coopacaju as distribui para uma rede de supermercados em São Paulo, no Sudeste do país, além de exportar para Itália, por meio da modalidade Comércio Justo.

Figura 2 – Processamento e beneficiamento da castanha-de-caju



Figura - 3 Procedimento de embalagem e entrega para Coopacaju



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A propósito, entre as ações mais recorrentes, além de ser uma das mais eficientes e ao alcance dos assentados, está a criação de cooperativas. De acordo com Franciosi (2007), essa forma de organização social permite ações conjuntas, visando à solução dos problemas do assentamento, como melhorar a comercialização e a competitividade de seus produtos, garantir a compra de insumos, capacitação de seus membros etc.

Conforme descrito por Araújo *et al.* (2009), a Copac foi fundada pelos moradores do assentamento e contou como o apoio da UFC, que através da Incubadora de cooperativas, proporcionou diversos cursos e treinamentos sobre cooperativismo, assim como prestou assessoria técnica visando à sua criação. Atualmente, a cooperativa possui 58 cooperados, que são membros das 45 famílias residentes no assentamento.

Alguns entrevistados explicaram que, para exportar a produção, a cooperativa precisou preencher uma série de requisitos necessários para efetivar a comercialização para o exterior, por exemplo, a preservação do meio ambiente, a proibição do trabalho infantil e do trabalho forçado e a promoção da igualdade de gênero.

No caso em análise, convém ressaltar o posicionamento dos jovens quanto à permanência no assentamento, assim como o papel da mulher nas realizações das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas na localidade. Dos jovens ouvidos, alguns relataram que pretendem continuar na agricultura. Outros, por trabalharem na cidade, optaram por permanecer na área urbana do município.



Quanto às mulheres, elas têm papel significativo nas famílias. Além de realizarem as atividades domésticas, participam das etapas da produção, compondo em maior número a mão de obra da mini fábrica voltada para o processamento da castanha-de-caju.

Quando perguntados sobre os incentivos, os benefícios sociais e a renda nos núcleos familiares, percebeu-se a presença de aposentadorias, do Programa Bolsa Família e do crédito inicial de fomento. A ocorrência da construção de cisternas, custeadas pela Articulação do Semiárido (ASA), também está entre os benefícios citados. Os relatos abaixo são de algumas famílias beneficiadas:

Nós recebemos todos os créditos no início. Tinha o crédito de apoio, para dar início à produção, compra de animal e encerramento de trabalho. Assim, benefício a gente recebe dos projetos, porque tem o crédito de apoio, que é o primeiro, aí teve o que foi para a construção das casas, aí depois veio outros projetos que a gente tem acesso, junto ao Banco do Brasil, o Banco do Nordeste. Logo quando construíram as casas, as cisternas também chegaram (ASJ3).

Meu pai recebe aposentadoria e minha esposa recebe o Bolsa Família. Meu dinheiro não é certo, porque eu sou chamado para trabalhar só quando tem serviço de construção de cisternas, então eu não tenho como ter uma noção do valor que recebo, varia bastante (ASJ1).

Por fim, quando questionados sobre os pontos positivos e negativos de se morar no assentamento, foi apontado o fato de poder plantar e colher na sua própria terra e a presença de uma unidade de beneficiamento da castanha-de-caju no próprio assentamento, esses considerados como as vantagens.

Na sequência, a falta de segurança foi um dos pontos negativos citados. De acordo com os relatos dos moradores, algumas casas já sofreram tentativas de assalto. Outro fator negativo mencionado, foi a dificuldade de acesso a assistência médica, que eles consideram limitada devido à localização do assentamento.

Entre outras dificuldades elencadas, estão as questões climáticas, assim como as despesas com insumos para a produção. Apontaram também a incidência de pragas e a falta de orientação na produção de base ecológica, visto que os moradores optaram por não usar agrotóxicos em suas produções.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, de forma sucinta, apresentar as principais características do Assentamento São José II (Che Guevara). Essa caracterização permitiu conhecer a forma como as famílias desse assentamento vêm desenvolvendo suas atividades agrícolas ou não agrícolas e construindo suas estratégias de desenvolvimento rural.



As atividades agrícolas realizadas no assentamento incluem a agricultura de subsistência, além da criação de animais, como bovinos de corte e leiteiro, caprinos, ovinos e aves. Entretanto, o cultivo do caju é a atividade predominante na localidade.

O assentamento possui uma mini fábrica de beneficiamento da castanha-de-caju, que contribui para geração de emprego e renda entre os assentados. Todavia, a renda obtida através desta atividade não é suficiente para o sustento das famílias assentadas, sendo complementada com aposentadorias e benefícios sociais, como o Bolsa Família.

Como forma de organização social coletiva, o assentamento conta com a sua associação e cooperativa, o que vem permitindo aos assentados fortalecer o dinamismo interno das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no assentamento, além de consolidar uma identidade local ao grupo de assentados.

Dentre as dificuldades citadas pelos entrevistados, vistas como pontos negativos, estão os fatores climáticos, econômicos e sociais. Sobre os pontos positivos, em unanimidade está o direito de poder morar e produzir em sua própria terra.

Em linhas gerais, as estratégias de desenvolvimento rural no Assentamento São José II são caracterizadas pela sua forma organizacional, baseada na confiança, na cooperação, no associativismo e na participação social. Também, pela iniciativa empresarial, com a criação da mini fábrica, que faz com que esse assentamento venha se destacando entre os assentamentos do estado do Ceará.

Nesse sentido, a educação é um instrumento essencial na luta antirracista e recuperação das cidadanias negadas, sendo importante compreender como o racismo se manifesta nas escolas, se tem sido combatido e se o debate das questões étnico-raciais tem sido realizado. Além disso, o ensino de Geografia apresenta potencialidades que podem auxiliar nesse debate, combate e superação, conforme é salientado neste texto.

Para atingir os objetivos do texto, foi aplicado um questionário em quatro escolas do município de Londrina, selecionadas com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das instituições, principal indicador de qualidade da educação básica no Brasil. O questionário consistiu em perguntas como: gênero, cor (branco, negro – preto e pardo –, amarelo e indígena), se há contato com conteúdos relacionados a cultura afro-brasileira, se os estudantes já sofreram ou presenciaram situações de racismo, discriminação racial ou preconceito e se isso ocorreu no ambiente escolar e se os estudantes já sofreram algum tipo de violência e se isso ocorreu no ambiente escolar.

No total, 110 estudantes do terceiro ano do ensino médio foram entrevistados. Todas as respostas foram analisadas e os resultados das perguntas objetivas são apresentados por meio de



gráficos. Os resultados das perguntas dissertativas foram analisados a partir da metodologia Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1977), que possibilita compreender e interpretar os significados que os sujeitos atribuem as suas vivências por meio de categorizações. Embora a escola tenha o papel de construção da cidadania e do pensamento crítico, para que os estudantes atuem de forma consciente no espaço geográfico, constatou-se que, dentre as principais conclusões do estudo, a instituição tem sido marcada pela reprodução do racismo, aprofundando as diferenças raciais. É no espaço escolar que a maior parte dos estudantes que responderam o questionário, presenciaram ou sofreram discriminação racial.

A primeira parte deste artigo é destinada a discussão do racismo e suas implicações na vulnerabilidade social, a segunda aborda a educação e o ensino de Geografia como instrumentos potenciais na superação do racismo e a terceira parte apresenta os resultados e discussões da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. do. O capital social como fator endógeno do desenvolvimento no Ceará. In: ROJAS, P. A. V. **Desenvolvimento Endógeno: Um novo paradigma para a gestão local e regional.** Fortaleza: IADH, 2004.

ARAÚJO, J. B. C. *et al.* **A importância das redes de relações sociais em assentamentos rurais: o caso do assentamento Che Guevara, Ocara-Ceará.** 2009. Disponível em: http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2008/trabalhos/Artigos/sess%C3%A3o_3/MicrosoftWord-%20-%202009_Bosco.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

ARBAGE, A. P. **Fundamentos da Economia Rural.** Chapecó: Editora Argos, 2012.

BRASIL. **Norma de Execução nº 45, de 25 de agosto de 2005. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 agosto 2005. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/atos-internos/normas/ne_45_250805.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO. Notícias. **Semace reúne-se com o MST para tratar do licenciamento de assentamentos rurais.** 2016. Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/2016/08/02/semace-se-reune-com-o-mst-para-tratar-do-licenciamento-de-assentamentos-rurais/>. Acesso em: 22 dez. 2018.

COPASAT. **Plano de desenvolvimento sustentável do projeto de assentamento São José II – Ceará.** (Assentamento Che Guevara). Ocara: COPASAT. 2001.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. P. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FABRINI; J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Revista Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, jan./jun. 2000.



FRANCIOSI, E. O. O Sistema Cooperativo dos Assentamentos Rurais: O Exemplo das Cooperativas Coagri e Cooproserp. **Informe Gepec**, v. 12, n. 2, p. 1-9, jul./dez. 2007.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: Boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560>. Acesso em: 22 dez. 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA Notícias. **Pesquisa inédita aponta que qualidade de vida em assentamentos melhorou**. Publicada em 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pesquisa-inedita-aponta-que-qualidade-de-vida-em-assentamentos-melhorou>. Acesso em: 22 dez. 2018.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural: Índices básicos de 2013**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 22 dez. 2018.

INCRA. **Assentamentos**. S.d. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 18 dez. 2018.

LEITE, S. *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

MARTÍNEZ, I. B.; PIRES, M. L. e S. Cooperativas e Revitalização dos Espaços Rurais: Uma Perspectiva Empresarial e Associativa. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n.1, p. 99-118, jan./abr. 2002.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. Vol. 15 n. 43. São Paulo. Setembro/dezembro 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>

NERA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. **Relatório DATALUTA Brasil 2016**. Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017.

QUEIROZ, J. M. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.143-170, jul./dez. 2011.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista Política Agrícola**, Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 3(119), pp. 511-531, julho/setembro/2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE 1996.



SOUSA, M. O. de. **Assentamentos Rurais cearenses: A realidade do Lagoa do Capim.** Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/50472>>. Acesso em: 05 jan. 2019.